

Trabalhadores, instrução profissional e educação popular no sul da Bahia: Ilhéus e Itabuna, 1920-1930

Philippe Murillo Santana de Carvalho¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a relação entre os trabalhadores e o acesso à educação em Ilhéus e Itabuna nas décadas de 1920 e 1930. Mesmo diante da precariedade da instrução pública, a educação esteve entrelaçada num projeto de formar mão de obra para atender às demandas do desenvolvimento econômico do sul da Bahia. Para tanto, vários debates sobre o ensino profissionalizante foram travados nas páginas da imprensa no sentido de prover a região de força de trabalho sintonizada com os anseios dos comerciantes e dos fazendeiros. Todavia, diante da negligência dos poderes políticos, foram as organizações operárias que proporcionaram o direito à educação, erguendo uma rede de ensino popular que beneficiou trabalhadores pobres e seus filhos. Como fonte, utilizamos os periódicos de Ilhéus e de Itabuna, livros escritos por intelectuais sobre educação e documentos oficiais das agremiações proletárias.

Palavras-chave: Trabalhadores, ensino profissional e educação popular.

¹ Professor de História do Instituto Federal da Bahia – *campus* Ilhéus – e estudante do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Endereço eletrônico: philipesantana@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Inaugurada com louvores pela imprensa regional, a Academia de Comércio de Itabuna iniciou suas atividades em 1º de fevereiro de 1933 com a presença de caixeiros e de autoridades políticas. De acordo com Manoel Adolpho, responsável pela iniciativa, o objetivo era preparar a “mocidade do comércio itabunense” para se adequar ao decreto federal 20.158 que exigia que os contadores possuíssem diploma e regulamentação para o exercício das funções práticas. As aulas haviam começado com quinze alunos matriculados, mas existia a expectativa de que o número de interessados aumentasse e que se abrisse uma filial em Ilhéus².

Na década de 1930, a abertura de escolas profissionalizantes esteve na pauta do patronato e das associações operárias do Brasil. Em Itabuna e Ilhéus não era diferente. Dias após a inauguração da Academia de Comércio, a Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus (AECI) registrava seu propósito de também inaugurar a Escola Comercial. No entanto, apesar da tentativa ainda no ano de 1933, somente dois anos depois o projeto se tornaria realidade. Ao falar do início das aulas, Adolfo Lima destacava que teriam “os diplomados por escolas de comércio oficializadas ou reconhecidas, além da exclusividade no exercício da profissão, as vantagens enumeradas para o desenvolvimento da vida funcional”³.

Além da escola para habilitar contadores para a função de “guarda-livros”, a associação dos caixeiros também mantinham cursos de datilografia para homens e mulheres. O número de instituições de ensino profissional voltadas para a área do comércio visava atender às demandas de um comércio florescente em Itabuna e Ilhéus. Depois da produção de cacau, o comércio era atividade econômica mais importante das duas cidades. Ainda assim, encontrar força de trabalho qualificada não era tão fácil.

A justificativa para a abertura de cursos profissionais para trabalhadores não residia apenas na demanda por mão de obra qualificada. Em paralelo, reforçava-se a crença de que a única saída para educar os membros da classe trabalhadora era inseri-lo numa formação técnica que lhe oferecesse o certificado para o mercado. Acreditava-se que uma educação profissionalizante era o suficiente para as camadas empobrecidas e, por conseguinte, amenizar as desigualdades sociais e culturais tão típicas da sociedade brasileira.

² CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 19/4/1933, ano IV, n.1514. p. 1.

³ Idem. *Diário da Tarde*, 3/8/1935, ano VIII, n. 2187. p. 1.

Aliás, o contexto das décadas de 1920 e 1930 demarcou um novo olhar sobre a questão social. O crescimento da urbanização, o aumento do contingente operário e o controle social dos pobres resvalaram nos projetos de educação que as autoridades políticas elaboravam para a sociedade. No primeiro ano de governo, em 1931, o prefeito de Ilhéus Eusínio Lavigne explicava a importância da educação para o ordenamento da sociedade:

O problema máximo de qualquer governo é a EDUCAÇÃO. Efetivamente é. Educar é melhorar, progredir, higienizar. [...] As raças só progridem obedecendo a este axioma latino *Mens sano in corpore sano*, que por sua vez se inspirou na obra dos gregos, que é a arte da beleza física e moral. [...] Motivo porque todos os governos municipais precisam, antes de tudo, de realizar essa obra de higienização social. (grifos originais)⁴.

O projeto educacional da prefeitura de Ilhéus era higienizar socialmente sua população. Peneirada a retórica política, na prática, a educação era vista como instrumento de intervenção na vida das pessoas com o objetivo de incorporá-las às regras e às convenções da sociedade. Utilizando-se de linguagem médico-social, a educação era tida por antídoto de cura de uma população empobrecida que emperrava o progresso da nação. Como sugere Freitas e Biccás, os problemas sociais eram deduzidos “de uma paideia médico-jurídica-pedagógica que oferecia as palavras-chave para que diferentes plataformas políticas tivessem, em comum, o mesmo senso de que o país estava amarrado à falta de dinamismo de sua população, deficiência essa decorrente da doença corpórea e do ‘raquitismo intelectual’” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 41).

Em face dessas questões introdutórias, o objetivo deste trabalho é analisar como trabalhadores e educação profissional e popular estiveram entrelaçados num projeto político que visava amparar o desenvolvimento regional entre as décadas de 1920 e 1930. Diante do aumento demográfico e do aparecimento de organizações proletárias neste período, educar a classe trabalhadora se tornou papel importante no controle social que se estabelecia sobre os pobres do sul da Bahia. Em paralelo, a dinâmica econômica da produção e do comércio de cacau impôs uma demanda por força de trabalho qualificada tanto no mundo rural quanto urbano. No entanto, a fórmula para solucionar estes problemas sociais estava permeada de contradições e

⁴ Idem. *Diário da Tarde*, 22/7/1931, ano IV, n. 998. p. 1.

de conflitos entre o que esperava e pensava as elites dos trabalhadores, e vice-versa.

1. Os trabalhadores e a questão social no sul da Bahia

As décadas de 1920 e 1930 ficaram marcadas pela chegada sucessiva de levas de trabalhadores para o eixo Ilhéus e Itabuna. As notícias das riquezas geradas pela produção de cacau e a situação de miséria em que parte da população do nordeste vivia alimentou os sonhos e as esperanças de homens que se deslocavam para o sul da Bahia em busca de melhores condições de vida. Para as autoridades, a presença de migrantes nos municípios trazia dois sentimentos: satisfação pela chegada de mão de obra para a lavoura e preocupação com um contingente de pessoas de origens e de costumes variados. Ao narrar a chegada de levas que chegavam como “ao toque de alvorada da fortuna”, perguntava-se se seria “isso um grande mal ou um bem imensurável”. Respondia com a esperança de quem acreditava “está aí a razão e o segredo do nosso progresso [...] porque esse desenvolvimento [...] são trabalhados por braços humildes da mole anônima, que procura a própria riqueza vai fomentando a riqueza da terra”⁵.

A preocupação das autoridades políticas e das elites era que os trabalhadores se voltassem para práticas de desordens em Ilhéus e Itabuna. Várias eram as queixas de pessoas que se envolviam com o jogo do bicho, com a prostituição ou com roubos e furtos. Havia ainda casos extremos de sujeitos que aproveitavam o vacilo dos fazendeiros e assaltavam a produção ou os pertences dos patrões. No entanto, apesar da inquietação com a chegada de migrantes para o sul da Bahia, os poderes públicos muito pouco faziam para oferecer condições de vida satisfatórias para aqueles que se dirigiam para a região. No que tange a educação, o cenário parecia ainda pior no início da década de 1920. Em Itabuna, as notícias eram que a instrução pública “infelizmente é um dos problemas mais descuidados por nossos poderes públicos” em fevereiro de 1923.

Neste mesmo ano, Flaviano Moreira, presidente da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna, reclamava que “na Bahia, os governos tem se descuidado da

⁵ BPEBa. *Diário da Tarde*, 30/6/1928, ano I, n. 111. p. 1.

educação dos operários e artistas, uma só escola mantida unicamente pelos governos para educar os artistas não se registra”⁶. Naquele mesmo ano, Moreira defendia que as intendências municipais patrocinassem a abertura de escolas noturnas destinadas ao operariado e seus filhos nas teses do I Congresso de Artistas e Operários do sul da Bahia⁷.

O descuido do governo com a educação pública se refletia nos índices de analfabetismo registrados pelo censo de 1920 e de 1940. Em Itabuna, o número dos que não sabiam ler e escrever alcançava 71,14%, totalizando mais de 33.084 habitantes, de acordo com os dados para a década de 1920. Em Ilhéus, este número subia ligeiramente, cravando 72,81%, marcando 58.613 pessoas analfabetas para o mesmo ano. Duas décadas depois, esta realidade muito pouco se alterou, com leve redução. 70,03% da população itabunense e 64,71% dos ilheenses não liam e nem escreviam.

Tabela 1 - Índices de analfabetismo em Itabuna e Ilhéus, 1920-1940. Fonte: IBGE/1920-1940

Localidade	1920	1940
Itabuna	71,15 %	70,03 %
Ilhéus	72,81 %	64,71 %

Os altos índices de analfabetismo registrados na região e no país eram diretamente sintonizados com o grau de desenvolvimento da sociedade pelos jornais. As pessoas pobres e sem instrução eram tidas como os empecilhos do progresso e da civilização brasileira. Fora das escolas, cabia os rótulos de “ignorantes” e “incapazes” de contribuir para o desenvolvimento da nação, tal como afirmava a imprensa de Ilhéus em agosto de 1929, ao destacar a “assustadora percentagem de analfabetos, flagelo social que determina e por si só explica as tristes condições da vida nacional, em vários de seus aspectos”⁸.

Mesmo havendo a compreensão de que era preciso elevar o nível de instrução da população para atender às exigências do desenvolvimento econômico e social (por sinal, muito típico do modelo pedagógico liberal), o fato era que o problema do analfabetismo era utilizado mais para responsabilizar e excluir as

⁶ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 29/3/1923, ano III, n.144. p. 1.

⁷ Idem. *Jornal de Itabuna*, 12/04/1923, ano III, n. 146. p. 1.

⁸ BPEBa. *Diário da Tarde*, 23/8/1929, ano II, n. 444. p. 1.

camadas empobrecidas do que para criar um projeto educacional eficaz. Nesse sentido, Raimunda Assis destaca que apesar dos poderes públicos reconhecerem a importância de combater o analfabetismo, “não se constatou, todavia, nenhum programa especial que tivesse o objetivo de reduzir os índices” em Itabuna, e, provavelmente, na maior parte dos municípios sul baianos (ASSIS, 2006, p. 81).

Tabela 2- Receita orçamentária e despesa com instrução pública em Itabuna e Ilhéus, 1928 e 1929. Fonte: Diário da Tarde, 1929; Orçamento Municipal de Ilhéus, 1929.

Local	Ano	Receita	Gastos	Percentual
Itabuna	1928	684:086\$000	49:674\$585	7,3 %
Ilhéus	1929	1.125:000\$000	189:000\$000	16,8%

A análise dos recursos destinados para a instrução pública nos municípios de Itabuna e de Ilhéus também oferece um registro das dificuldades enfrentadas pela população. De acordo com o balancete orçamentário apresentado pelo prefeito itabunense Benjamin de Andrade, cerca de 7% da receita municipal era destinada para pagar as despesas com a instrução pública. Já em Ilhéus, essa marca alcançava aproximadamente 17%, segundo as estimativas da Intendência Municipal em 1929.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela instrução pública no sul da Bahia, a educação não deixou de ser um ponto importante nos discursos e no controle social exercidos pelas autoridades políticas sobre os pobres. Utilizando uma linguagem patológica muito comum da sociologia positivista, as elites ilheenses difundiam a concepção “o mais importante de quantos aparelhos há no organismo da sociedade, é sem dúvida nenhuma, o aparelho da instrução. [...] A instrução é a base, é o alicerce dos grandiosos edifício dos povos”⁹. Como já foi dito, junto com o crescimento das cidades e a chegada de levas de trabalhadores para Ilhéus e Itabuna, tornou-se fundamental para os poderes públicos incentivar um modelo de educação que influenciasse o operariado a se dedicar ao trabalho e à submissão à ordem política e social. Em consonância, também estimulou o aparecimento de estabelecimentos de ensino que se destinasse aos trabalhadores e seus filhos, cuja

⁹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 30/8/1928, ano VIII, n. 1088. p. 1.

marca seria oferecer instrução profissionalizante para rápida absorção do mercado de trabalho florescente nas duas maiores cidades do sul da Bahia.

Em ambos os casos apontados acima, cristalizava-se a noção da educação como instrumento de desenvolvimento regional, mas não apenas isso. A concepção do ensino como redentor dos problemas sociais embasava os discursos das autoridades políticas e das elites sobre o ensino profissional, por exemplo. Em março de 1929, o jornal de Eusínio Lavigne anunciava uma proposta que foi muito comum na virada para a década de 1930, a criação de escolas profissionais para “menores delinquentes” e vagabundos. Pretendia-se corrigir “os vícios da mocidade”. Ele sublinhava que muitas vezes, a falta da educação doméstica conduzia à indolência ou à peraltice e, em consequência, a desonestidade. Em face das leis que impediam a punição de menores, reclamava que os “menores delinquentes” recebiam os aplausos da impunidade. Por conta disso, defendia a “ideia posta em prática em muita parte, da criação de escolas profissionais para menores delinquentes e vagabundos. Na Bahia tal coisa ainda não existe, infelizmente. [...] a escola profissional no estado, seria, por si só, uma obra patriótica do governo [...] corrigirá perfeitamente os vícios da mocidade”¹⁰.

Na prática, o sentido correccional da educação profissional proposta era controlar os comportamentos considerados transgressores e prepara-lo para o mercado de trabalho. Sublinhava ainda que a instituição de ensino seria mantida por “aqueles que transformaram de elementos do vício em elementos do trabalho”, além de “um patrimônio suficiente em capacidade e em dinheiro para sua instalação decente na vida, quando a emancipação o encontrar renegado”¹¹. Aliás, Augusto da Luz (In. LUZ; SILVA, 2008, pp. 250-255) sinaliza que a relação entre processo educativo e coerção social estava presente no discurso da República desde o início, com instituições de ensino que pudessem condicionar o comportamento, os hábitos e os costumes dos pobres nos limites do respeito à ordem cívica e da construção dos “bons operários, pontuais e obedientes”.

Ao contrário do que afirmou Lavigne em seu texto, a Bahia possuía algumas instituições que cumpriam o papel de moldar e de “regenerar” sujeitos que desafiavam a ordem política e/ou social. Uma delas era a Escola de aprendizes-marinheiros que desde o século XIX recebia crianças e jovens que transitavam sem

¹⁰ BPEBa. *Diário da Tarde*, 19/3/1929, ano II, n. 321. p. 1.

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 1.

emprego nas ruas de Salvador, conforme estudou Walter Fraga Filho (1996). Outra instituição que cumpria papel semelhante era a Escola de Aprendizes Artífices da Bahia, inaugurada em 1909 e mantida com recursos do governo, preceptora do que 100 anos depois viria ser o Instituto Federal da Bahia. Segundo Virilene Cardoso (In. FARTES; MOREIRA, 2009, p. 33), o caráter do ensino oferecido reforçava o estigma do trabalho manual atrelado à condição social, em que os desfavorecidos eram submetidos ao assistencialismo e ao controle do Estado.

Mesmo a educação não sendo prioridade para as autoridades políticas, via-se nela um meio de corrigir os problemas da sociedade. O ensino profissionalizante estava associado à redenção nacional e, sobretudo, associado à regeneração de pobres insubordinados, muito provavelmente, considerados incapazes de alcançar formação superior. Era um modelo pedagógico que pressupunha a educação como mecanismo de disciplinarização de seres humanos ao ritmo do trabalho, que sujeitaria os indivíduos ao controle social e aos interesses dos patrões desejosos de empregados docilizados pela vigilância de um colégio reformatório (FOUCAULT, 2010, pp. 131-136)¹². Sobretudo, a conversa sobre erradicação da pobreza em fins de 1920 e começo de 1930 era vigiar, disciplinar e enquadrar os pobres; e um dos meios era a educação profissional.

2. O debate do ensino profissional em Ilhéus e de Itabuna na virada da década de 1930

Na virada da década de 1920 para 1930, as discussões sobre o ensino profissional ganhou as páginas da imprensa de Ilhéus. Àquela altura, as elites do sul da Bahia comemoravam os ganhos obtidos com exportações recordes da produção de cacau e se encantavam com a dinâmica urbana e comercial vivida pelas cidades. No entanto, fazendeiros e comerciantes reclamavam da falta de apoio técnico-científico para alavancar ainda mais a produção dos cacauzeiros. Nesse quesito, eles encaixavam reivindicações por força de trabalho, em especial, àquela especializada, muito rara no sul da Bahia naquele período. Existia certo temor que as técnicas rudimentares de empregados agrícolas não especializados pudessem prejudicar a

¹² Sobre disciplinarização dos corpos a partir de instituições sociais.

plantação e a colheita dos “frutos de ouro”, conforme nos alerta Angelina Garcez (1979, p. 20).

Sintonizado com estas questões, Nelson Schaun escreveu no *Correio de Ilhéus* (periódico da situação política municipal, voz oficial do Partido Republicano da Bahia e pertencente ao coronel Antonio Pessoa) que apesar dos avanços registrados na cidade, muito era preciso fazer para alcançar melhores resultados econômicos e sociais. Schaun dizia que “a instrução [...] deve ser a maior e mais absorvente preocupação, visto como o saber ler e escrever, seria o possuir noções várias de artes e ciências, melhor, seria o conhecer a profissão [...] o especializar-se neste ou naquele ramo do humano engenho”. Acrescentou ainda que sendo Ilhéus um centro radiador de várias pessoas, seria conveniente abrir um estabelecimento de ensino profissional para atender aos “jovens, nascidos aqui ou vindos de longe, que carecem ou anseiam especializar-se”¹³.

As propostas de ensino profissional formuladas por Schaun se enquadravam nas pretensões de uma sociedade que passou a valorizar o conhecimento técnico-científico para aprimorar a produção. Por isso, exigir a formação especializada de trabalhadores ganhava o sentido de potencializar o desenvolvimento regional, que também poderia ser traduzido no aumento dos lucros de fazendeiros e de comerciantes locais. No entanto, ao contrário da valorização do ensino profissionalizante voltado para o mundo urbano comum nas regiões mais urbanizadas, o escritor do texto dizia que uma “escola profissional” deveria ter como objetivo “o ensino agrícola, que *essencialmente agrícola* é o Brasil, [que] viria, sem dúvida, trazer a Ilhéus maravilhosa conquista, aumentando-lhe, sobremedida, o prestígio moral”¹⁴.

Antes de tudo, é importante conhecer melhor quem era Nelson Schaun para entender a lógica de seu discurso. Ele era um das figuras mais conhecidas em Ilhéus nas décadas de 1920 e 1930. Ficou célebre por ter sido membro do Partido Comunista durante o primeiro governo Vargas. Mas antes de defender a “foice e martelo”, Schaun foi um dos intelectuais mais importantes do partido da situação municipal, dirigido pelo coronel Antonio Pessoa no final da Primeira República. Era professor de várias escolas e possuía seu próprio curso ginásial. Alinhava-se de modo acentuado com o projeto educacional positivista, que via na educação a razão

¹³ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 16/7/1929, ano IX, n. 1214. p. 1.

¹⁴ Idem. *Ibidem*, p. 1.

para o progresso e para a ordem social, além de considerar que a humanidade encontraria os pilares da moralidade e da civilização por meio da instrução (SCHAUN, 2001).

Sendo o porta-voz de uma das maiores oligarquias de Ilhéus, Nelson Schaun tratou de afinar o discurso sobre ensino profissional que atendesse aos interesses dos coronéis de seu partido. Por isso, defendeu a tese de que a profissionalização dos trabalhadores fosse voltada para técnicas agrícolas, alimentando uma concepção de que o país era “essencialmente” uma potência da agricultura, assim como os países europeus estavam “essencialmente” voltados para a industrialização. Outro ponto importante é que a referida modalidade de ensino parecia destinada especificamente para os trabalhadores pobres. Em outro artigo publicado, Schaun salientou mais uma vez a importância de destinar o ensino profissional para o operariado, “porque a maior produção econômica de um país, depende, racionalmente, positivamente, da ilustração, do preparo do elemento ativo”¹⁵.

O ensino profissional era uma proposta de melhor disciplinar o trabalhador rural para que os resultados econômicos fossem significativos. Porém, este modelo pedagógico não era igual para todos os trabalhadores, de acordo com Schaun. Era preciso levar em consideração as diferenças de cada grupo de empregados. Por conta disso, a educação profissionalizante deveria ter três categorias: 1) a destinada aos simples operários, que se limitam ao trabalho comum; 2) os empregados de classe intermediária, os técnicos industriais ou agrícolas, que administrariam os operários; 3) os diretores, que deveriam cumprir a função de supervisão e gerenciamento dos negócios. Para os primeiros, deveriam ser lecionadas apenas noções elementares de língua e de aritmética; já os segundos teriam acesso ao curso médio, não detalhado na proposta; por fim, os terceiros alcançariam às escolas de ensino superior¹⁶.

Vê-se, portanto, que a proposta pedagógica estabelecia uma divisão pautada em critérios de condição social dos diversos trabalhadores. O que se pretendia era formar uma força de trabalho preparada para obedecer e para dirigir o processo produtivo. Havia considerações também de que o ensino profissional seria a alternativa ao “bacharelismo” das universidades, que deixavam desfavorecidos

¹⁵ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 27/7/1929, ano IX, n. 1219, p. 1.

¹⁶ Idem. *Ibidem*, pp.1-2.

muitos jovens que não tinham acesso ao nível superior. Para o parlamentar Fidelis Reis, a profissionalização por meio de escolas de nível médio seria um dos caminhos para “recolher os menores desamparados que infestam às nossas cidades”¹⁷. Ainda sobre a importância da educação profissional em contraste com a formação científica oferecida pelas universidades, o professor doutor Aloysio de Castro, diretor do Departamento Nacional de Ensino, frisou que:

“as capitais vivem abarrotadas de doutores de toda marca, de toda espécie, de rótulos diferentes, a maioria deles perfeitas nulidades, que melhores obras, mais louvável missão desempenhariam cavando a terra, semeando a gleba, ou trabalhando na construção de prédios, de estradas, ou confeccionando uma cadeira, ou compondo jornais [...] Permita-se-nos abrir parênteses aqui: o doutor de que falamos não pode ser o autêntico cientista [...] Referimo-nos a doutores de fancaria”¹⁸.

Ao passo que criticava o bacharelismo das universidades, Castro defendia a necessidade de formar mão de obra que estivesse preparada para o trabalho manual e prático. E mais uma vez fazia uma reflexão no sentido de mostrar que “o exercício de qualquer profissão depende, fundamentalmente, da inteligência geral do operariado” de tal modo que, de forma metafórica, não seria de “bom alvitre que se empregue o ferro, ou cobre onde melhor se emprega o zinco, ou o chumbo”¹⁹. Por fim, Nelson Schaun voltou a escrever no *Correio de Ilhéus* em defesa da implantação de uma instrução profissionalizante, afirmando que “ao contrário de enchermos as cidades de multidões de ‘doutores’ incompetentes, exercendo indigna e revoltantes concursos [...] teríamos os agricultores competentes, cômicos de sua profissão, os industriais perfeitos, os construtores e os operários, enfim, edificando a riqueza moral e econômica do país”²⁰. Um detalhe importante é que ao mesmo tempo em que defendia o ensino profissional contra o bacharelismo, Schaun dava uma beliscada em seus opositores políticos, em especial Eusínio Lavigne, advogado famoso na cidade. Para não perder a oportunidade, Lavigne não fugia ao debate, também apoiando o ensino técnico para trabalhadores, mas criticando aqueles que combatiam o bacharelismo sem ter diploma e ignorando “as vantagens de ser bacharel na vida”²¹.

¹⁷ Idem. *Correio de Ilhéus*, 30/7/1929, ano IX, n. 1220. p. 2.

¹⁸ Idem. *Correio de Ilhéus*, 15/10/1929, ano IX, n. 1250. p. 1.

¹⁹ Idem. *Ibidem*, p. 1.

²⁰ Idem. *Correio de Ilhéus*, 5/1/1929, ano VIII, n. 1138. p. 1.

²¹ BPEBa. *Diário da Tarde*, 8/1/1929, ano I, n. 263. p. 2.

Em fins da Primeira República, Ilhéus e Itabuna viviam a necessidade de alimentar sua economia com força de trabalho qualificada. Já não era suficiente apenas atrair pessoas para a região com vontade de trabalhar nas terras do sul do estado, mas sem a preparação técnica que pudesse oferecer suporte para o “progresso”. O que se requisitava era profissionais disciplinados que estivessem associados com a concepção de que era o “trabalho que dignificava o ser humano”. Rita de Cássia Souza afirma que o modelo de educação profissional que estaria em vigência na década de 1930 que incutia o valor do trabalho de modo positivo, de bons costumes, de bons modos e da boa disciplina como requisitos essenciais ao indivíduo (SOUZA, 2008, pp. 394-395). No entanto, apesar dos debates na imprensa e das reivindicações que as associações de agricultores e de comerciantes fizeram neste período, não houveram iniciativas do Estado para a implantação de escolas ou de instituições públicas que ofertassem ensino técnico e/ou profissionalizante para a sociedade de Ilhéus e de Itabuna. As poucas iniciativas foram realizadas por associações proletárias ou por escolas particulares criadas por professores, conforme se seguirá daqui por diante.

3. Os trabalhadores, as organizações operárias e a educação popular

No dia 6 de dezembro de 1923, a Escola Manoel Vitorino promovia os exames finais dos estudantes com a presença de diversas autoridades escolares e políticas. Após o término das verificações o diretor Leopoldo Freire agradeceu o comparecimento de todos, em especial da comissão verificadoras, cujos trabalhos beneficiavam as “pobres crianças desprotegidas da sorte”. Em resposta aos agradecimentos do diretor, o cel. Intendente de Itabuna José Kruschewsky destacou que nada havia de agradecer, pois cumpria seu dever com a Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna (SMPAI), “a qual considerava ser a instituição de maior utilidade pública, que ora Itabuna possuía e, que não pouparia seus esforços em benefício das mesmas”²². Na década de 1920 e 1930, poucas foram as iniciativas de construir instituições de ensino públicas e gratuitas por parte do Estado e tampouco,

²² CEDOC/UDESC. *Jornal de Itabuna*, 20/12/1923, ano IV, n.183. p. 2.

dos fazendeiros e patrões. Das escolas existentes, uma parcela delas era mantida por organizações operárias de auxílio mútuo e/ou beneficente.

A escola Manoel Vitorino foi fundada pelos membros do Monte Pio dos Artistas de Itabuna em 1921. De acordo com os estatutos, sua finalidade seria “promover a instrução moral, cívica e técnica de seus sócios”, ministrando ensino “primário elementar, grátis, aos sócios da Sociedade que não souberem ler nem escrever, aos filhos de artistas e às crianças notoriamente pobres cujos pais, tutores ou responsáveis o requererem ao presidente da diretoria”²³. Não foi apenas esta sociedade que promoveu a abertura de escolas destinadas à população mais pobre de Itabuna na década de 1920 e 1930. Outras agremiações proletárias também tomaram para si a tarefa de promover a instrução primária e/ou profissionalizante entre seus associados e filhos de trabalhadores e trabalhadoras pobres do sul da Bahia.

Em Ilhéus, uma das primeiras tentativas de inauguração de escolas por agremiações operárias foi com a União Protetora dos Artistas e Operários em outubro de 1923. No entanto, as aulas não pareciam ser regulares, visto que não foi encontrados registros de seu funcionamento nos anos seguintes. Somente em 1928 houve uma nova iniciativa de abrir uma escola noturna pela diretoria da agremiação, conforme veremos mais a frente. A Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus (AECI) também abriu seu primeiro estabelecimento de ensino ainda na década de 1920. Mais especificamente a partir de 1925, a diretoria empossada planejava utilizar parte da subvenção federal para dotar a agremiação caixeiral de aulas destinadas aos seus sócios e seus familiares. Dário Passos, presidente da AECI no biênio 1925-1926, dizia que uma das prioridades deveria ser a organização de

“aula de curso primário dirigido por uma professor ou professora diplomada, onde possamos educar e iluminar os espíritos dos filhos dos associados; contratarmos uma senhorinha para ensinar datilografia ao caixeiro, nosso sócio, que deste benefício gozar, encontrando nesta mesma sala e ao mesmo tempo, um competente escrivão, destinado a ensinar-lhes escrituração mercantil”²⁴.

²³ ASMPAI. *Estatutos da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna*. 18 de fevereiro de 1929. p. 45.

²⁴ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 3/2/1925, ano IV, n.553. p. 3.

As intenções de disponibilizar educação para os associados da agremiação Caixeiral começaram a se tornar realidade alguns dias depois da posse de Dario Passos. Em 20 de fevereiro foi inaugurada a biblioteca da AECl, com o objetivo de atender aos seus membros e à comunidade em geral. Como não dispunha de recursos suficientes para a aquisição de livros, solicitava aos intelectuais e à imprensa que contribuísse no que fosse possível com a biblioteca²⁵. O passo seguinte foi a aquisição dos direitos para administrar a Escola Remington pela entidade dos caixeiros. Isso aconteceu ainda em fevereiro de 1925, quando o superintendente da Organização Remington Oficial comunicou à diretoria dos empregados no comércio que lhe transferia o gerenciamento de sua escola em Ilhéus, cuja finalidade era oferecer cursos de datilografia com emissão de diplomas reconhecidos nacionalmente²⁶.

Além da Escola Remington, a Associação dos Empregados no Comércio ainda iniciou aulas de Aritmética e de Língua Portuguesa no noturno, visando atender às pessoas que trabalhavam durante o dia nos estabelecimentos comerciais de Ilhéus. Apesar do empenho que a diretoria desta e de outras sociedades realizavam para ofertar instrução gratuita para parcela da população pobre, havia muitas dificuldades para a manutenção do funcionamento. Os obstáculos iam desde a presença dos alunos nas aulas até a obtenção dos recursos para as despesas com os cursos oferecidos. Muito dos estudantes que frequentavam as aulas dos cursos noturnos se deparavam com jornadas de trabalho excessivas impostas pelos patrões. Era comum que as casas comerciais não respeitassem o horário de abertura e de fechamento determinado pelos poderes públicos. Provavelmente este era um dos motivos para que alguns estudantes não frequentassem as aulas, o que gerava a reclamação de Nelson Schaun, professor das aulas noturnas entre os caixeiros, ao apelar “pela boa marcha de tão proveitosa instituição, [...] para os sentimentos dos meus alunos, no sentido de que não falem às aulas, a bem de seus próprios interesses e da grandeza da pátria”²⁷.

Mesmo assim, a abertura de aulas noturnas e de curso profissionalizantes fazia parte do programa da maior parte das agremiações operárias de Ilhéus e de Itabuna, conforme foi salientado. Ofertar educação era um meio de justificar a

²⁵ Idem. *Correio de Ilhéus*, 21/2/1925, ano V, n. 561. p. 1.

²⁶ Idem. *Correio de Ilhéus*, 12/3/1925, ano V, n. 568. p. 2.

²⁷ Idem. *Correio de Ilhéus*, 9/9/1925, ano V, n. 631. p. 3.

importância de suas organizações perante a sociedade, cultivando valores de progresso, de civilização e de civismo. Em 1925, o diretor escolar regional Gildásio Amado visitava a Escola Manoel Vitorino para aplicação dos exames de seus estudantes e destacava na instituição o “prestígio de que goza no meio social de Itabuna, o já recompensa e prova da sua alta significação”, complementando que “trabalho de maior produção não poderia o Brasil requerer para o seu progresso, que o ensino e o desenvolvimento intelectual do seu povo”²⁸. Ao estarem em consonância com os valores de “progresso” cultivados pelas sociedades daquele período, os trabalhadores organizados buscavam se diferenciar socialmente do restante dos pobres (visto em geral com preconceitos e estigmas), posicionar-se como “bons cidadãos” ordeiros e civilizados, além de ter respaldo para negociar vantagens com as elites locais (BATALHA, set. 91/set.92).

Ao mesmo tempo em que buscavam prestígio social e forjavam sua importância consumindo valores de “progresso” e de “civilização”, os trabalhadores organizados se empenhavam em disponibilizar para sócios e seus dependentes a parcela de cidadania que o Estado pouco cumpria junto aos pobres do país. O acesso à educação pública era uma das promessas que se esperava alcançar quando da implantação da República, mas que os poderes públicos não garantiram satisfatoriamente. Algumas sociedade operárias de Ilhéus e de Itabuna se posicionavam como instrumentos de combate aos males da falta de instrução no país, como na inauguração do prédio em que funcionaria as aulas noturnas, quando os diretores do Colégio da União Protetora reforçavam que seria “mais um estabelecimento de ensino para combater o analfabetismo em nosso país”²⁹.

Quanto aos recursos obtidos para o funcionamento das escolas ligadas às associações operárias, parte deles vinha das mensalidades pagas pelos sócios. Outro montante, por vezes, era arrecadado por meio de rifas, de quermesses ou de eventos organizados para angariar donativos na sociedade. No entanto, a maior parte das despesas era coberta com as subvenções dos governos federal e municipal. A Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna manteve a Escola Manoel Vitorino funcionando com as verbas destinadas pelo governo estadual entre 1922 e 1923 no valor de 5:000\$000 (cinco conto de réis), e pelo governo municipal em exatos 1:000\$000. Contudo o repasse do dinheiro pelo município nem sempre era

²⁸ ASMPAI. *Livro de Álbum Social da Soc. Monte Pio dos Artistas de Itabuna*. 15/1/1925. p. 16v.

²⁹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 9/2/1928, ano VIII, n. 1006. p. 2.

regular. Em 1922, o presidente da diretoria do Monte Pio de Itabuna Júlio Santos se queixava aos seus colegas da impossibilidade de manter três professoras na escola da sociedade, visto “que a subvenção municipal não era recebida regularmente”. Para contornar a situação, foi nomeada uma comissão pelo próprio presidente e por Raimundo Paiva para se entender com o Cel. Intendente José Kruschewsky³⁰.

Em Ilhéus, tanto a União Protetora dos Artistas e Operários quanto a AECI também recebiam recursos públicos do município e do Estado. No relatório apresentado pela intendência em 1926, foi registrado que a agremiação dos artistas havia recebido 1:000\$000 (hum conto de réis) para as aulas noturnas³¹. A associação dos caixeiros apesar de não ter recebido recursos do município, obteve subvenção federal no valor de 5:000\$000 (cinco contos de réis) previstos para 1926. Aliás, naquele ano, foi a única entidade de trabalhadores que havia recebido repasses financeiros dos poderes públicos³².

Para receber os recursos públicos, as associações proletárias assumiam uma relação muito próxima com as autoridades políticas, em especial os deputados estaduais e federais. Isso ficou demonstrado quando a diretoria do Monte Pio buscou o intendente de Itabuna para regularizar os repasses das verbas municipais. Além do intendente, outros dois políticos foram procurados pelos diretores da sociedade dos artistas: João Mangabeira e Gileno Amado. Ambos eram parlamentares federais e possuíam o poder de criar emendas orçamentárias para destinar dinheiro para as sociedades. Em junho de 1922, por exemplo, o deputado João Mangabeira comunicava a Flaviano Moreira, presidente da assembleia geral, que havia solicitado repasse para o Monte Pio³³.

Os recursos recebidos pelas escolas da União Protetora e da AECI também chegavam por intermédio dos parlamentares estaduais e federais. A verba recebida pelos empregados no comércio foi obtida por intermédio de João Mangabeira. Durante visita à Ilhéus em 1926, o deputado elogiava as conquistas da organização dos caixeiros, em especial o funcionamento das aulas realizadas pela Escola Remington e pelo curso noturno de Aritmética e de Português. No caso da União Protetora, a autoridade política que mediava a chegada das subvenções era o

³⁰ ASMPAI. *Livro de Atas da Diretoria da Soc. Monte Pio dos Artistas de Itabuna*. vol. 1. 21/1/1923. f. 3v.

³¹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 6/2/1926, ano V, n. 708. p. 1.

³² Idem. *Correio de Ilhéus*, 28/7/1925, ano V, n. 626. p. 1.

³³ ASMPAI. *Livro de Atas da Assembleia Geral da Soc. Monte Pio dos Artista de Itabuna*. 30/6/1922. f. 32v.

deputado federal Ramiro Berbert de Castro. Em 1926, ele justificou o envio de 10:000\$000 (dez contos de réis) para a escola elogiando “os fins humanitários” da referida associação³⁴.

A relação entre Ramiro Berbert de Castro e a União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus permaneceu até 1930. Quando houve uma reorganização no modelo de aulas adotado pela escola da agremiação, o deputado foi convidado para proferir uma palestra sobre instrução pública para trabalhadores. Na conferência, Berbert de Castro defendia que a União Protetora criasse uma Caixa Escolar, que seria uma espécie de fundo financeiro destinado a captar recursos para a manutenção da instituição de ensino. Ele ainda dizia que “o erário público, mesmo nesse mister, não pode prescindir do generoso auxílio de todos aqueles que reconhecem os magníficos resultados da boa instrução do povo”. Além de solicitar que as pessoas auxiliassem o Estado na oferta dos serviços de educação, o deputado ainda destacou que as referidas associações contribuiriam para favorecer as “crianças necessitadas, suavizar-lhes a pobreza, contribuindo para as tornar elementos dignos da sociedade” e também “um meio de atração para os alunos desvalidos, os quais encontram no ambiente da escola o estímulo para o trabalho e adestramento metódico da inteligência”³⁵.

Em tom muito parecido com o discurso registrado acima, Ramiro Berbert de Castro justificou nova subvenção no valor de 10:000\$000 (dez contos de réis) em julho de 1930. Ele ressaltou que a União Protetora era uma instituição de caráter social, principalmente porque mantinha um colégio destinado à instrução de “gente pobre e laboriosa, de escassos recursos pecuniários, e de uma vida afanosa e honesta” com os esforços de seus associados por meio de uma Caixa Escolar. Acrescentou ainda que a educação oferecida cooperava com “o desenvolvimento do civismo, e do amor à Pátria, comemorando, solenemente, as grandes datas nacionais, e o dia 1º de maio, cuja festa universal é o trabalho”³⁶.

No entanto, não se pode pensar que a iniciativa das autoridades políticas de prover as agremiações operárias de subvenções para a manutenção de escolas populares e profissionalizantes era realizada sem interesse. A Sociedade Monte Pio de Itabuna, a União Protetora e a AECI recompensavam o recebimento de verbas

³⁴ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 3/7/1926, ano VI, n. 767. p. 1.

³⁵ BPEBa. *Diário da Tarde*, 9/3/1929, ano II, n. 313. p. 2.

³⁶ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 19/7/1930, ano X, n. 1358. p. 2.

públicas homenageando os deputados mediante a concessão de títulos de sócios beneméritos e/ou benfeitor. As agremiações operárias ainda organizavam recepções festivas quando da chegada dos deputados em períodos de campanha. Portanto, tratava-se de um jogo político afiançado por laços paternalistas, o que não quer dizer que os trabalhadores estavam na condição de plena submissão diante das autoridades.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar a preocupação dos trabalhadores ligados às agremiações mutualistas de Ilhéus e de Itabuna com a sua própria educação e a de seus filhos. Num contexto em que o acesso a instrução pública era difícil, artistas e operários encontraram um meio de se mobilizar para a abertura de instituições de ensino que provesses a formação primária ou técnica. Isso, de alguma forma, questiona a concepção de que os trabalhadores eram um grupo “ignorante e inerte” diante de sua condição de sobrevivência. De algum modo, ao abrir suas escolas, requisitavam a sua parte no projeto de civilização e de cidadania que a República brasileira havia prometido, mas não cumprido com os mais pobres de todo o país. Se a cidade e o vigor comercial cresciam, artistas, operários e caixeiros sabiam que era preciso acessar a educação para melhor se posicionar na sociedade brasileira e, por isso, não só montaram sua própria rede de ensino enfrentando as dificuldades, como correram atrás de recursos públicos para manter funcionando suas aulas.

Ao partir da premissa de que os trabalhadores não estavam alheios à importância de acessar a educação para galgar melhores espaços nos mundos do trabalho, fica melhor perceber porque eles buscavam as autoridades políticas para obter subvenções. Trocar verbas orçamentárias por títulos de deferência pode ser um cálculo que à primeira vista indique apenas troca de favores e de concessões no jogo político paternalista e clientelista. No entanto, na medida em que as organizações proletárias escolheram seus “patronos” ou “benfeitores” que viabilizavam a chegada de dinheiro para suas escolas, pode-se notar que a estratégia era sobreviver usando no que era possível o paternalismo político brasileiro, comum tanto ao final da Primeira República quanto no primeiro governo Vargas. Certamente que tal postura deixaria alguns dos militantes sindicalistas contemporâneos arrepiados, mas não se pode dizer que os “de baixo” estavam passivos ou inertes ao processo político. Fabiane Popinigis (2007, p. 125), ao tratar das relações entre caixeiros e autoridades políticas, alertou para uma compreensão

que talvez ajude entender o comportamento da base operária diante dos “poderosos”. Para ela, é importante os historiadores se atentarem para um ação dos trabalhadores que não seja apenas “a passividade e a revolta aberta”, mas numa “estratégia de sobrevivência, [em que] os subordinados entram no jogo dos poderosos e, compreendendo sua lógica de ação, aprendem a conseguir o que querem por dentro dela”.

Da parte das autoridades políticas, proporcionar a chegada de recursos públicos fazia parte do projeto de hegemonia eleitoral que necessitava de bases populares para funcionar. Aliás, não só isso, mas também deter certo controle sobre o modelo de educação a ser oferecida nas escolas proletárias, tal como fez Ramiro Berbert de Castro ao dizer que as crianças de Ilhéus tinham instrução voltada para o civismo e o patriotismo. Contudo, como afirma Thompson (1998, p. 78), os pobres podem até fazer suas deferências às elites, mas não sem um preço, que era substancial. O que os trabalhadores fizeram dentro das escolas sustentadas pelas subvenções canalizadas pelos parlamentares não estavam plenamente controlados por aqueles que se encontravam no poder. Vide, por exemplo, que os caixeiros de Itabuna reivindicavam a regulamentação da sua jornada de trabalho em 8 horas para que pudessem frequentar escolas em 1929, já que na vida que levavam “saindo [...] cansado, não tem ânimo de procurar seu desenvolvimento intelectual frequentando uma aula noturna ou entregando-se a leitura instrutiva”.

Pode-se acrescentar um fator ainda mais significativo para compreender a importância da educação popular oferecida pelas agremiações operárias, qual seja, a da parcela significativa de crianças pobres e negras atendidas. Os registros de matrículas apontam que do universo de 70 estudantes da Escola Manoel Vitorino em 1930, mais de 76% era pretos e pardos, com idade média entre 13 e 15 anos para turmas mistas de 1ª a 4ª série. Tratava-se, portanto, de parcela da sociedade que estavam afastadas da instrução ofertada pelos poderes públicos e que, sem a escola da Sociedade Monte Pio, poderia continuar fora dos bancos de aprendizados³⁷.

³⁷ ASMPAI. *Livros de matrículas da Escola Manoel Vitorino*. 31 de outubro de 1930.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1937, o jornal *A Época* destacava a fundação de uma instituição de ensino que se dedicava a atender filhos de proletários associados às agremiações sindicais de Itabuna. Dizia que o empreendimento merecia “os mais amplos louvores a orientação seguida entre nós pelos vários sindicatos que tendem a um aperfeiçoamento gradativo, aumentando o nível cultural das classes que representam”³⁸. Se para a imprensa, sobretudo em se tratando de um jornal ligado às elites, a iniciativa da abertura de uma escola para atender às famílias empobrecidas era reconhecida, para as organizações operárias, a satisfação deveria ser ainda maior. Ao longo da história da República brasileira, o acesso à educação foi uma das bandeiras primordiais dos trabalhadores na luta pela cidadania e contra a exploração.

No entanto, parte das pesquisas históricas insiste em afirmar que os trabalhadores foram passivos e incapazes de reivindicar o direito à educação, relegando a classe trabalhadora à condição de “massa de ignorantes”. O presente trabalho se propõe a pensar diferente. De fato, a educação pública e gratuita nem sempre esteve ao alcance da maior parte da população pobre. Das poucas instituições de ensino que existia, a maioria se propunha mais a controlar os sujeitos e a formar mão de obra para as empresas e as fábricas do país do que possibilitava estudos avançados para os filhos de trabalhadores. No entanto, isso não significa que a experiência das organizações operárias não tenha levado em consideração a importância da educação para sua classe.

Na medida em que fundavam suas escolas de instrução e seus cursos profissionalizantes, as diversas agremiações operárias apresentavam sua disposição em buscar o direito à educação, pressionando as autoridades políticas e as elites para que o quinhão de “civilização” e de “progresso” pudesse ser repartido com eles. Por isso, não se acanharam em buscar o apoio de parlamentares e de líderes políticos que pudessem viabilizar a chegada de recursos públicos para manter as aulas. O que estava em questão era uma estratégia de solidariedade coletiva para fazer representar uma demanda dos trabalhadores por aumento da escolaridade básica dos empobrecidos diante das exigências do mundo capitalista por trabalho qualificado.

³⁸ CEDOC/UDESC. *A Época*, 23/2/1937, ano XV, n. 820. p. 1.

Para Sílvia Maria Manfredi e Solange Bastos (1997), olhar para a experiência histórica de organizações operárias que se dedicaram a ofertar educação básica e profissional para seus membros, é notar que as políticas públicas para educação que existem atualmente são fruto dos esforços da classe trabalhadora brasileira que ao pressionar o Estado, dava visibilidade à importância do direito a formação educacional pública e gratuita de forma igualitária. No caso de Ilhéus e de Itabuna, mesmo diante dos limites das relações paternalistas, os trabalhadores associados tinham força suficiente para convencer as autoridades políticas de que era necessário destinar recursos para a educação dos pobres. Por sinal, que a capacidade que estes sujeitos coletivos tiveram de fazer valer seus interesses de obter escolas gratuitas nos sirva também para continuar construindo uma educação básica e/ou profissionalizante pública e de qualidade, que, como salienta Gramsci (2011, p. 58), não privilegie apenas a formação técnica (uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício), mas que também seja capaz de formar um cidadão e uma cidadã críticos dos desafios que permeiam o mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Raimunda Alves M. de. **A educação em Itabuna: um estudo da organização escolar (1906-1930)**. Ilhéus, Ba: Editus, 2006.

BATALHA, Cláudio H. M. "Identidade da classe operária no Brasil (1890-1920): Atipicidade ou legitimidade?". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V.12, n.º 23/24, set.91/ago92.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. Sao Paulo: Hucitec, 1996.

FREITAS, Marcos César de; BICCAS, Maurilane de S. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GARCEZ, Angelina N. R. **Bahia cacauieira: um estudo de história recente**. Salvador, Ba: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos, 1916-1935**. Carlos Nelson Coutinho (org.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011.

LUZ, José Augusto. Educação, progresso e infância na Salvador Republicana. In. **História da Educação na Bahia**. José Augusto da Luz e José Carlos Silva (org.). Salvador, Ba: Arcádia, 2008.

MANFREDI, Sílvia M.; BASTOS, Solange. Experiências e projetos de formação profissional entre trabalhadores brasileiros. **Educação & Sociedade**, ano XVIII, nº 60, dezembro/1997.

MOREIRA, Virlene Cardoso. Escola de Aprendizizes Artífices da Bahia: a educação profissional na Bahia entre 1909 e 1937. In. **Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009)**. Vera Fartes e Virlene Cardoso Moreira (org.). Salvador, Ba: EDUFBA, 2009.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SCHAUN, Maria (org.). **Nelson Schaun merece um livro...** . Ilhéus, Ba: Editus, 2001.

SOUZA, Rita de Cássia. Atividades e instituições escolares: trabalho para o corpo, educação para a mente. In. **História de Práticas Educativas**. Tarcísio Mauro Vago e Bernado Jefferson de Oliveira (org.). Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ABSTRACT

The main of this article is analyse the relation between the workers and the education in the Ilhéus and Itabuna during 1920's and 1930's. The education was linked in the project of graduate workers to meet the demands of economic development in southern Bahia. To this end, several debates on vocational education were caught in the pages of the press in order to provide the area of workforce attuned to the concerns of traders and farmers. However, due to the neglect of political powers, the labor organizations that were afforded the right to education, raising a network of popular education that benefited the working poor and their children. As a source, we use the periodic Islanders and Itabuna, books written by intellectuals on education and official documents of the proletarian associations.

Keywords: Trabalhadores, ensino profissional e educação popular.

Recebido em 30/10/2012

Aprovado em 13/12/2012